

Percepção do impacto no engajamento cívico em uma plataforma governamental de transparência de dados aberta

Leandro Marques Queiros, CIn/UFPE, lmq@cin.ufpe.br
<https://orcid.org/0000-0002-3527-5456>

Camila Beatriz da Silva Dias, CIn/UFPE, cbsd@cin.ufpe.br
Clarice Santana Correia dos Santos, CIn/UFPE, cscs2@cin.ufpe.br

Alex Sandro Gomes, CIn/UFPE, asg@cin.ufpe.br
<https://orcid.org/0000-0001-6309-759X>

Felipe Omena Marques Alves, CIn/UFPE, foma@cin.ufpe.br
<https://orcid.org/0000-0003-1499-8011>

José Roberto Ribeiro Junior, SEB/MEC, robertojunior@mec.gov.br
Gabriel Portilho Moreira, SEB/MEC, gabrielmoreira@mec.gov.br

Resumo: A abertura de dados sobre o desempenho de estudantes da Educação Básica é uma das mais importantes políticas públicas das últimas três décadas. As iniciativas nacionais são ainda limitadas e isso faz com que os resultados de desempenhos e censos escolares sejam pouco conhecidos. Este artigo tem como objetivo apresentar uma avaliação exploratória acerca da percepção do impacto no engajamento cívico em uma plataforma governamental de transparência de dados aberta, o aplicativo Clique Escola. Coletamos e analisamos as percepções por meio de entrevistas semiestruturadas de natureza qualitativa. Os resultados evidenciam percepções antagônicas acerca do real impacto do acesso a dados no engajamento cívico da população escolar. Há contribuições para colaboração do/para o engajamento da sociedade.

Palavras-chave: dados governamentais abertos, transparência pública, engajamento cívico.

Perceptions of civic engagement impact at an open government data transparency platform

Abstract: Open government data on the performance of Basic Education students is one of the most important public policies of the last three decades. National initiatives are still limited and this makes the results of school performances and censuses little known. This article aims to present an exploratory assessment of the perception of the impact on civic engagement in a government open data transparency platform, the Clique Escola app. We collected and analyzed perceptions through semi-structured interviews of a qualitative nature. The results show antagonistic perceptions about the real impact of access to data on the civic engagement of the school population. There are contributions for collaboration of/for the engagement of society.

Keywords: open government data, government transparency, citizen engagement.

1. Introdução

É recente, no Brasil, a abertura de dados educacionais. A garantia do acesso às informações foi sancionada apenas em 2011 pela lei n.º 12.527 e regulamentada pelo

decreto n.º 7.724 de 2012. A mesma é preconizada na Constituição Federal desde 1988, na qual lemos que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988, parágrafo 2, art. 216).

São considerados dados educacionais as informações referentes à aprendizagem dos estudantes (*e.g.*, perfis dos alunos e índice de aprovação) por escola nos níveis municipais, estaduais e federais. Tais dados são considerados abertos quando qualquer cidadão pode livremente acessá-los, utilizá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade (BRASIL, 2021). No entanto, essa abertura não garante a compreensão dos mesmos por grande parte dos cidadãos, visto que os dados são disponibilizados em formatos tabulares que para serem compreendidos é necessário ter habilidades com mídias digitais, planilhas eletrônicas, e em alguns casos, conhecimentos matemáticos.

Organizações da sociedade civil empreenderam iniciativas para ampliar o acesso e simplificar o entendimento dos dados educacionais, como as plataformas QEdu¹, Clique Escola² e as notas técnicas do movimento ‘Todos pela Educação’³. Identificamos estudos recentes (ANDRADE, 2020; HIPOLITO, 2020) que avaliam diferentes plataformas sob a perspectiva de fontes de dados. Entretanto, não identificamos estudos sistemáticos que avaliem a efetividade dessas iniciativas na promoção do engajamento cívico. Mais do que tornar os dados educacionais acessíveis, entendemos ser fundamental a participação da sociedade como (e para) um movimento democrático de controle social.

Apresentamos, neste artigo, um estudo exploratório com caráter qualitativo com o intuito de identificar evidências sobre a percepção da relação entre o acesso a dados educacionais e o engajamento cívico em torno do cotidiano escolar, por meio do aplicativo Clique Escola. Na seção 2, discorremos sobre a abertura de dados educacionais e engajamento cívico. Na seção 3, descrevemos o método, participantes e o processo de design na nova versão do aplicativo Clique Escola. Nas seções 4, apresentamos e discutimos os dados coletados à luz da literatura sobre engajamento cívico. Por fim, na seção 5, apresentamos as considerações finais e elencamos os trabalhos futuros.

2. Referencial Teórico

2.1. Dados Governamentais Abertos no campo educacional

Apesar da formalização da regulamentação, é frequente que tanto a comunidade escolar quanto a comunidade local, não tenham acesso nem conheçam as informações educacionais e financeiras referentes à própria escola (GIL, 2007). Vale ressaltar que, apesar das dificuldades impostas devido às dimensões continentais do nosso país, as informações educacionais são atualmente bem produzidas no Brasil, porém, ainda são pouco debatidas e aproveitadas no âmbito escolar.

Temos informações sobre a realidade da educação no Brasil a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde em 1931 (LIMA & SOUSA, 2014). Tempos se passaram, e a educação brasileira foi marcada por vários períodos históricos. Desta forma, observamos a instituição dos Censos Escolares⁴ como maneira de entender o que ocorre na área da educação nas esferas federal, estadual e municipal, de escolas públicas e privadas. Temos a partir da implantação do censo uma importante fonte de

¹ <https://qedu.org.br/>

² <https://www.gov.br/pt-br/apps/cli-que-escola>

³ <https://todospelaeducacao.org.br/categoria/biblioteca/nota-tecnica/>

⁴ <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>

dados que permite efetuar pareceres sobre o ensino. Através desses dados pode haver a elaboração de planejamento, acompanhamento e execução das chamadas políticas públicas.

No que se refere a publicidade dos dados das instituições de ensino, ainda não há um padrão de como as informações devem ser dispostas nos portais eletrônicos (OLIVEIRA, 2020). Como a política de dados abertos possibilita que cada instituição tenha sua própria forma de disponibilizar os dados, podemos entender que classificar e realizar comparativos entre diferentes instituições requer uma maior expertise dos cidadãos.

No Brasil, com o avanço da tecnologia da informação, vemos que a divulgação transparente de dados tende a abranger cada vez mais os espaços virtuais. Conforme defendido por Zaidan (2012), um aspecto importante da Lei de Acesso à Informação é a obrigatoriedade de expor esses materiais na Internet ou outras formas abertas de se obter o dado. Dessa forma, há uma maior possibilidade de propor formas criativas e acessíveis para o monitoramento das informações. Coutinho (2012) ratifica este aspecto quando afirma que a sociedade pode passar de uma postura passiva de receber as informações e tornar-se protagonista, pois está conectada.

Com a homologação da Lei de Acesso à Informação n.º 12.527, que visa garantir o acesso a informações públicas à população, os dados foram abertos e disponibilizados via Internet (BANDEIRA, *et. al.*, 2015). No entanto, a população não possui acesso às informações, pois não possuem conhecimentos técnicos que os habilitam a manipular os dados (PEDROSO, TANAKA, & CAPPELLI, 2013; ISOTANI, & BITTENCOURT, 2015). Silva, Monteiro & de Oliveira Reis (2020) analisaram o Portal Brasileiro de Dados Abertos, sob a perspectiva da qualidade dos dados e dos princípios de dados governamentais abertos (DGA). O portal, enquanto catalogador dos dados, atende, praticamente, a todos os princípios de DGA.

Uma fonte de informação alternativa sobre os dados educacionais poderia ser a produção de especialistas em análise de dados. Nova área emergente, a análise de dados abertos educacionais visa dar apoio para o desenvolvimento da educação e também melhorar a qualidade da gestão (BANDEIRA, *et. al.*, 2015). A comunidade de Informática na Educação no Brasil começou a se interessar pelo tema a partir de 2013 (SANTOS, FERREIRA, & MIRANDA, 2017). No entanto, uma revisão sistemática da literatura brasileira sobre os estudos brasileiros em bases de dados educacionais (FERREIRA, RODRIGUES, & DE SOUZA, 2021) evidenciam que os estudos se concentram em entender o desempenho de estudantes do Ensino Médio e Superior. As bases de dados mais estudadas são a do ENEM e o ENADE. Ou seja, há poucos estudos que analisam os dados referentes ao Ensino Fundamental. Os autores (*ibid.*) verificaram a proposição de sete protótipos, e apenas um visava melhorar o acesso a dados da Educação Básica.

Assim, colocam-se dois grandes desafios: democratizar a acessibilidade aos dados, de maneira fácil e ágil, bem como, estimular sua utilização pelas comunidades escolar e local. Mais do que a conformidade com a legislação, é necessário garantir o retorno dos dados e das informações educacionais e financeiras consolidadas para fácil entendimento da população escolar, seja para o planejamento da escola, seja para o controle cívico.

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (UBALDI, 2013), DAGs promovem uma plataforma de prestação de serviços que tem como objetivo a reutilização de dados tanto pelo setor público quanto privado e também pela sociedade civil. Os DAGs podem favorecer um maior controle social e reforçar o papel da democracia, além de guiar melhorias na administração pública

(HARRISSON, *et. al.*, 2012). Huijboom e Van den Broek (2011) constatam que num número crescente de países ocidentais, dados abertos estão sendo colocados na agenda política e administrativa. A premissa comumente aceita subjacente a estas estratégias é que a publicação de dados governamentais em um formato reutilizável pode fortalecer o engajamento do cidadão e gerar novos negócios inovadores. Para os governos, há três motivações principais para publicar dados governamentais: aumentar o controle democrático e a participação política, fomentar a inovação de serviços e produtos, e fortalecer a aplicação da lei. No início dos anos 2010, como estas estratégias de dados abertos eram relativamente novas, evidências deste impacto esperado ainda eram limitadas.

2.2. Engajamento Cívico

O engajamento cívico (CE) refere-se à participação voluntária em atividades públicas e à solução dos problemas da comunidade para causar uma mudança. Os cidadãos participam de assuntos públicos para moldar o melhor futuro para a comunidade (FREIRE, 2014). Wirtz e Birkmeyer's (2015, p. 382 ff.) definem "open government" como sendo um "processo multi-lateral, político e social, que inclui em particular a ação transparente, colaborativa e participativa do governo e da administração".

Goldfinch, Gauld e Herbison (2009) examinam a relação entre a confiança dos cidadãos no governo e sua participação política, sugerindo que a confiança no governo não ocorre. Além disso, eles fornecem uma base empírica para o papel essencial da tecnologia no governo aberto, demonstrando que o uso de tecnologias modernas de informação e comunicação ou de *e-gov* estimula a participação política.

Em estudo realizado em Portugal, Lameiras, Silva e Tavares (2018) constatam que nos municípios mais ricos os executivos locais têm mais chances de exibir confiança nas redes sociais. As atividades de publicação estão associadas a níveis maiores de transparência.

Wirtz, Weyerer & Rösch (2018) examinam os antecedentes do uso pelos cidadãos de dados governamentais abertos. Baseado na teoria da aceitação da tecnologia e da motivação, os resultados mostram que a facilidade de uso, a utilidade, a motivação intrínseca e competências com a Internet determinam significativamente a intenção dos cidadãos de usar dados governamentais abertos.

Purwanto, Zuiderwijk e Janssen, M. (2020) identificam cinco condições para o surgimento do engajamento dos cidadãos do *Open Government Data (OGD)*: a disponibilidade de uma estrutura jurídica e política que conceda um mandato para abrir dados governamentais, recursos orçamentários suficientes alocados para o fornecimento do OGD, a disponibilidade de mecanismos de feedback do OGD, a percepção da facilidade de engajamento dos cidadãos e a motivação dos cidadãos. Os autores encontraram seis fatores que contribuem para o engajamento do OGD: a cultura democrática, a disponibilidade de mecanismos institucionais de apoio, os fatores técnicos do fornecimento do OGD, a disponibilidade de recursos dos cidadãos, a influência das relações sociais e a percepção de qualidade dos dados pelos cidadãos.

O OGD pode ter impacto sobre o nível de engajamento cívico. Em uma revisão da literatura recente, Ahmad & Warriach (2020) mostram que os principais obstáculos são questões relativas a direitos autorais, a falta de alfabetização de dados, acessibilidade, divisão digital e descoordenação de informações são os principais desafios. Entretanto, a solução das questões de licenciamento, disponibilidade e fácil acessibilidade do OGD, educação sobre alfabetização de dados apresenta-se como uma alternativa para aumentar a participação dos cidadãos.

Em maio de 2019, a Coordenação-Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica (CGFORG) do Ministério da Educação promoveu uma série de rodadas de conversas com diretores de escolas públicas de todo o país. O objetivo foi conhecer o exitoso desenvolvimento pelas escolas de iniciativas voltadas para o fomento à participação da família na escola. A equipe da CGFORG desejava conhecer as iniciativas exitosas, mas também como se dava seu desenrolar, sua organização e promoção. Para surpresa da equipe, descobriu-se, por meio do relato dos diretores, muito mais do que ações formais ou exemplos de práticas vitoriosas. As premissas que parecem alicerçar todas as escolas públicas é o sentimento de pertencimento da comunidade. Outro fator é o acolhimento. O pertencimento não surge sem acolhimento. Para se pertencer à escola, a comunidade escolar deve se sentir acolhida nela, sua escuta e sua fala.

Diante dessa fundamentação, observamos que a existência de plataformas com dados abertos educacionais contribui para o engajamento cívico. Por isso, esta pesquisa visa responder: *como é a percepção dos pais e profissionais de educação de escolas públicas entre a relação dos dados educacionais disponibilizados pelo aplicativo Clique Escola e atitudes de engajamento social?*

3. Material e Métodos

Realizamos um estudo exploratório sobre a percepção de usuários representativos com uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. A escolha desta abordagem justifica-se pelo fato de não existir estudos na literatura sobre o impacto da utilização do aplicativo Clique Escola, visto que sua versão foi atualizada recentemente.

3.1. Participantes

Definimos que os entrevistados seriam pais e profissionais de escolas públicas, para termos uma análise de diferentes perfis dos envolvidos. Foram 23 participantes, sendo 9 diretores, 9 professores e 3 pais (sendo 8 também diretor/professor e pai concomitantemente), todos residentes da Região Metropolitana de Recife. Os profissionais de educação eram das modalidades de ensino infantil, fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Referenciamos os entrevistados nos resultados por meio de codinomes para preservar suas identificações.

3.2. Aplicativo Clique Escola

O aplicativo utilizado nesta pesquisa foi o Clique Escola, uma plataforma que promove a transparência de dados educacionais, financeiros e geográficos de mais de 180.000 escolas brasileiras. Trata-se de aplicativo oficial do Ministério da Educação do Brasil, o qual disponibiliza uma ampla gama de dados da realidade das escolas brasileiras. O aplicativo foi desenvolvido nos últimos três anos e encontra-se disponível nas plataformas iOS e Android.

3.3. Procedimentos e Coletas de Dados

Entendemos poder evidenciar as percepções sobre a relação entre o conjunto de dados educacionais e sobre o entorno da escola apresentados no Clique Escola e suas atitudes de engajamento social, senso de pertencimento à comunidade escolar, empoderamento, e sua tomada de consciência sobre a realidade. Para capturar tal percepção foi adotada técnicas de entrevistas não-estruturadas com estímulo (FLICK, 2008), durante o período da pandemia, através do Clique Escola. No início da entrevista, solicitou-se a instalação do aplicativo. As entrevistas não-estruturadas ocorriam concomitantemente à manipulação do Clique Escola.

No início das sessões de entrevistas, realizadas por meio de videoconferências, o aplicativo foi apresentado a cada um dos participantes. Em seguida, solicitava-se que os mesmos realizassem tarefas para encontrar e interpretar dados sobre sua escola, seu município e seu estado (*e.g.*, favoritar uma escola, postar uma pergunta ou compartilhar um dado escolar), e observamos se eles conseguiam concluir tais atividades. Em paralelo, era solicitado que ao realizar ações fosse externado os pensamentos e sentimentos, até mesmo frustrações, técnica conhecida como *Thinking Aloud*. Como o estudo visa capturar a percepção de engajamento social e uso das novas funções geradas, foi permitido a equipe de teste apontar e auxiliar na navegação, fazendo com que os participantes fossem estimulados pela interação, em uma ampla gama de telas do aplicativo. Todo o processo foi gravado para posterior transcrição, análise e interpretação.

4. Resultados e Discussão

Por meio do relato dos diretores, muito mais do que ações formais, houve a oportunidade de entender o sentimento de pertencimento da comunidade, que é um dos contributos para promoção desse espaço. Fazer parte de algo significa, por um lado, acreditar que aquele espaço é seu e, por outro lado, sentir aceito por esse mesmo espaço. Percebemos, por conseguinte, o surgimento de acolhimento. Para se pertencer à escola, a comunidade escolar representada pelos seus diversos atores deve se sentir acolhida, tendo espaço de escuta e de fala (participação e diálogo). Para além das questões relacionadas ao rendimento escolar dos estudantes, a escola tem uma missão ainda maior: promover o bem comum para toda comunidade. Apresentaremos, a seguir, os relatos das percepções dos entrevistados.

A gestora e conselheira escolar do estado do Rio de Janeiro, Ana, afirma que durante o teste de uso do aplicativo Clique Escola, chamou sua atenção a forma como algumas informações educacionais são trazidas. Ana exemplifica que nas reuniões escolares os pais geralmente se perdem quanto a terminologia, como, por exemplo: o que é o PPP? O que é o Código Inep? O aplicativo ao acessar e trazer esses dados, além de informar o significado, traz consigo informações de extrema importância. “Apertar na interrogação e poder ver a tradução do que é um termo para aquele que não entende é bem bacana. Os gráficos e dados são bem bacanas para apresentar nas reuniões com os pais”. Mas, a mesma sente falta como pesquisadora, da origem da fonte dos dados em alguns momentos no aplicativo. A professora Maria reflete que a simples disposição dos dados no aplicativo não irá impactar a conduta da população. Ela faz um comparativo com o portal de transparência de dados do Governo Federal Brasileiro. Toda a população tem acesso aos dados do setor público e mesmo assim não ocorre um movimento de fiscalização por parte da população. No entanto, a mesma professora concorda que alguns órgãos podem fiscalizar e cobrar a efetividade dos gastos públicos.

Entrevistador: *Esses dados estão disponíveis para a população. A Sra. acha que vai causar algum efeito ter algum impacto nos pais?*

Maria: *eu acho que só o fato de ter numa plataforma, não equivale a esperar muito que seja lido e que seja buscado pelos pais. Muitas vezes, até nós, profissionais, não temos tempo e energia para parar e olhar os dados. Só o fato de ter disponível significa que o professor, o pai e a população irão tomar conhecimento. É necessário ter formação e divulgação. Enquanto cidadão esquecemos de ir lá e monitorar os gastos públicos. Somente um político do partido opositor. É uma boa plataforma, mas é necessário criar uma forma de chamar atenção do professor, ou dos estudantes, para que eles se apropriem dessa informação. Os profissionais de educação são presos a uma rotina definida pela demanda de trabalho.*

Maria enfatiza na sua fala a importância de gerar participação social em um trecho do diálogo quando diz: “*É uma boa plataforma, mas é necessário criar uma forma de chamar atenção*”. Ela aponta a plataforma como benéfica e alerta para ser desenvolvido meios de divulgação da plataforma aos pais, professores e estudantes, pois em seu ponto de vista, além de dados dispostos, é relevante motivar o acesso a informações.

Para Fátima, gestora de uma escola do Rio de Janeiro, ter acesso às informações educacionais da escola para além do controle social nos permite entender o que queremos em relação à nossa escola pública de qualidade, seja no papel de mãe, professor ou membro da comunidade local. Na sua percepção, ter acesso facilitado ao PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, é uma das maiores contribuições do Clique Escola. Justificando que o PPP nem sempre está ao alcance de todos.

Entrevistador: *Qual a sua percepção sobre o que o uso do Clique Escola pode mudar na relação entre sociedade de escola?*

Fátima: *Educação de qualidade é tão falada, a educação de qualidade precisa ter a visão de cada um e de um coletivo. O que é qualidade? Para uns é ter uma escola totalmente conectada, para outros é ter um ensino ainda muito propedêutico (...) O que eu vejo através do aplicativo? Todos esses dados educacionais que me permitem entender o que eu quero como escola de qualidade. Para além disso, nos dá a possibilidade do controle social, falamos muito sobre o que é o controle social e do mal uso, como isto está sendo aplicado na Unidade Escolar em que eu trabalho ou que meu filho estuda, ou na escola do meu bairro? Para a sociedade o Clique Escola traz o princípio da transparência, ao conseguirmos acompanhar a partir desses dados. Qual o Ideb daquela escola, como ela está em relação a sua cidade ou ao país, então penso que o uso do Clique Escola é uma oportunidade para o cidadão que se interesse verdadeiramente pela escola pública de qualidade, ter o aplicativo é muito bom para todos(...) PPP (Projeto político pedagógico) da escola, como pedagoga, sempre discute que a identidade de cada escola precisa estar posta no PPP e o que mais vemos em quase todos os lugares é o PPP escondido, não feito ou ser feito há muito tempo atrás. Hoje ele poder estar aqui na palma das nossas mãos com um clique para mim é genial, então trabalhar a questão de disponibilizar o PPP, poder revisita-lo e estar contribuindo seja na qualidade de professora ou mãe de aluno, ou membro da comunidade local acho fenomenal. Assim como a oportunidade da rede de colaboração penso que no Clique Escola só faltou o espaço dos conselheiros escolares.*

Um ponto recorrente entre os entrevistados que representam a sua escola foi a falta de um ambiente de discussão aberto entre os conselheiros. Essa demanda surge a partir de um déficit da comunicação existente entre toda a comunidade escolar, onde possam externar pautas, agendas e resultados dos encontros do conselho para a comunidade.

Para além do relato anterior, um trecho complementar a presença do conselho escolar no Clique Escola está a justificativa de um gesto, conselheiro e pai, José:

Entrevistador: *Qual a sua percepção sobre o que o uso do Clique Escola pode mudar na atuação dos professores?*

José: *Além de articulador, também sou conselheiro de uma escola então atuo nos dois lados. E vejo a relevância de colocar o conselheiro em espaços colaborativos. É importante que o conselho esteja inteirado com a direção da escola, e dentro da escola faz muita diferença. Gera engajamento e sentimento de pertencimento quando colocamos o conselheiro nesses espaços mais próximos e é isso que o conselho escolar busca. (...) Estava fazendo uma avaliação da feira de ciências da escola e tinha uma conselheira da escola também fazendo a avaliação. É uma pessoa muito participativa e uma vez tinha comentado que na sua visão é preciso fazer uma reunião intermunicipal de conselheiros. Discutir, contribuir e colocar informações sobre a escola para o MEC ou Brasil, gera um sentimento de importância, de que está contribuindo.*

O uso da plataforma é muito importante, na visão do Gestor e conselheiro José, o qual fala: “*Vão ter acesso sobre muitas coisas, como a verba, o Ideb de todas as séries, vão poder saber o que acontece em outras escolas. Essa troca é uma grande sacada de estar colocando o acesso a essas informações*”.

A exemplo do que foi abordado por José quanto ao acesso sobre o que está acontecendo nas escolas, o professor de geografia Arthur Macedo do estado de São Paulo. Ele é um usuário que conhece o aplicativo Clique Escola há pouco tempo. Ele traz sua visão de como percebe o aplicativo no seu contexto de aula. Na entrevista guiada a partir do protótipo afirma ser uma plataforma bastante ampla, quanto a quantidade e a forma que os dados são dispostos. É de relevância a transparência das informações para a comunidade escolar, no contexto de sala de aula do professor, acreditando ser relevante como educador levar para os seus alunos informações do bioma na qual sua escola está localizada e outros dados geopolíticos como o PIB per capita encontrado no aplicativo.

José: *O aplicativo serve como estudo para geografia, saber do bioma, por exemplo, na qual a região da escola está localizada é bem interessante, em termos de contextualização com a turma.*

O Governo Federal disponibiliza o Portal da Transparência. Nele as pessoas conseguem encontrar informações sobre despesas, receitas e convênios do governo (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2011). O Portal Brasileiro de Dados Abertos possui dados mantidos pela administração pública e ações governamentais (PORTAL DADOSGOV, 2011), para acesso às informações e por meio dos quais é possível acompanhar as ações realizadas no âmbito nacional.

Sobre a transparência, Macadar e Lheureux-de-Freitas (2013), esclarece que a publicidade dos dados ao cidadão pelo Estado, torna-o, de certa forma, mais aberto e visível às pessoas. É fundamental ratificar que “a transparência não é um fim em si, não é o propósito final” (BALL, 2009). Mais do que ter ciência, os cidadãos podem contribuir para a responsabilização dos representantes públicos por suas ações e decisões. Dessa forma, este processo tem proporcionado valor social e econômico, fortalecimento da democracia, melhoria da administração pública, inovação e cooperação, assim como controle social e cidadania digital, onde o povo empodera-se da cidadania ativa (HICKMANN KLEIN, *et al.*, 2019).

5. Conclusões

Neste trabalho, apresentamos as percepções de diretores, professores e pais acerca do engajamento cívico dos dados abertos disponibilizados no aplicativo Clique Escola. Inicialmente, apresentamos a possibilidade oferecida pelo aplicativo em sanar dúvidas referentes a termos educacionais (*e.g.*, INEP, PPP), contribuindo para uma melhor compreensão por parte dos pais de estudantes. Os gráficos são instrumentos para percepção da evolução e para comparação do rendimento em relação a outras unidades de ensino. Há relatos de ser utilizado, inclusive, em reuniões por conselheiros escolares. Verificamos falas subjetivas de quais seriam os contributos fundamentais para uma melhor educação (*e.g.*, qualidade, conectividade), e identificamos haver um misto de sentimentos e percepções entre os diferentes envolvidos. Os relatos coletados revelam que a disposição dos dados “a um clique” não impacta diretamente em uma maior participação se os cidadãos não desenvolverem o hábito de monitorar os gastos e

de se envolver com questões similares, entretanto, é possível identificar nas falas que há contribuições para uma maior colaboração do/para o engajamento da sociedade.

Com a verificação dos aspectos do engajamento social suscitados, esperamos estabelecer futuras investigações mais assertivas e permitindo uma maior imersão nesta temática.

Referências

AHMAD, Zaheer and WARRIACH, Nosheen Fatima Dr. "Civic Engagement through Open Government Data: Challenges and the Way Forward" (2020). **Library Philosophy and Practice (e-journal)**.

ANDRADE, Tarcila Camargo Guimarães de. Aplicação de recursos em educação e a relação com os índices educacional: o modelo do município de Treze Tílias-SC. 2020.

BALL, C. What is transparency? **Public Integrity**, v. 11, n. 4, p. 293-308, 2009.

BANDEIRA, J., Ávila, T., ALCANTARA, W., SOBRINHO, A., BITTENCOURT, I. I., ISOTANI, S. (2015). "Dados abertos conectados para a Educação". **Jornada de Atualização em Informática na Educação 4.1** (2015): 47-69.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. O que são dados abertos? Portal Brasileiro de Dados Abertos. Disponível em: <<https://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>> Acesso em: 6 de abr. de 2022.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BROWN, Tim. Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. 304 p.

COUTINHO, André. Rumo ao Governo Aberto: .gov + .com + .org + sociedade. Pensando Diferente. 2012. Disponível em <<https://andrercoutinho.wordpress.com/2012/02/15/rumo-ao-governo-aberto-gov-com-org-sociedade>> Acesso em 12 dez de 2021.

FERREIRA, L. A., RODRIGUES, R. L., & de SOUZA, R. N. (2021, November). Dados Abertos Educacionais Brasileiros: Um Mapeamento Sistemático da Literatura. In Anais do **XXXII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação** (pp. 1186-1195). SBC.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Editora Penso. 3ª edição. 2008

FREIRE, Alessandro. Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. Opinião Pública. 2014, v. 20, n. 2, pp. 273-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912014202273>>. Acesso em: [30 de Out. 2022].

GIL, Natália de Lacerda. A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.48.2007.tde-31052007-112812. Acesso em: 2022-08-19.

GOLDFINCH, S., GAULD, R., & HERBISON, P. (2009). The participation divide? Political participation, trust in government, and E-government in Australia and New Zealand. **Australian Journal of Public Administration**, 68(3), 333– 350. doi:10.1111/ajpa.2009.68.issue-3

HICKMANN Klein, Rodrigo, DEISY Cristina Barbiero Klein, and EDIMARA Mezzomo Luciano. "ampliação da transparência de dados abertos governamentais: a percepção dos observatórios sociais brasileiros" *Contextus (Fortaleza)* 17.1 (2019): 8-36. Web.

HIPÓLITO, Edmara Bronzeado da Silva. O espaço físico como indicador de qualidade na educação infantil: o que pensam as professoras de Mari/PB. 2020.

HUIJBOOM, N., & VAN den Broek, T. (2011). Open data: an international comparison of strategies. **European journal of ePractice**, 12(1), 4-16.

ISOTANI, S., & BITTENCOURT, I. I. (2015). Dados abertos conectados: em busca da web do conhecimento. **Novatec Editora**.

LIMA, A. A. A.; SOUSA, F. P. Censo Escolar da Educação Básica: Uma referência para elaboração de políticas públicas e transferência de recursos para Educação Pública. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 94-102, dez. 2014. ISSN 2359-2494.

M. Lameiras, T. Silva, A. Tavares. 2018. An Empirical Analysis of Social Media Usage by Local Governments in Portugal. In *Proceedings of the 11th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance*, Galway, Ireland, April 2018 (ICEGOV'18), 12 pages. DOI: 10.1145/3209415.3209503

OLIVEIRA, V. H. S. de, OLIVEIRA, B. M. J. F. de, & MEDEIROS, J. W. de M. . (2020). PANORAMA DA TRANSPARÊNCIA ATIVA NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DA REDE FEDERAL NA PARAÍBA. *Perspectivas Em Gestão & Conhecimento*, 10(3), 262–279. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2236-417X.2020v10n3.55622>.

PEDROSO, L., TANAKA, A., & CAPPELLI, C. (2013, May). A Lei de Acesso à Informação brasileira e os desafios tecnológicos dos dados abertos governamentais. In **Anais do IX Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação** (pp. 523-528). SBC.

PORTAL DADOSGOV. (2011) “DadosGov”. Disponível em: <<https://dados.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez 2021.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. (2011) “O Portal da Transparência do Governo Federal”. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

PURWANTO, A., ZUIDERWIJK, A., & JANSSEN, M. (2020). Citizen engagement with open government data: Lessons learned from Indonesia’s presidential election. **Transforming government: people, process and policy**. Volume 14 Issue 1.

SANTOS, O. A. R. (2014). “What has open data got to do with education?”. Open Education Working Group Community Session, Open Knowledge Foundation. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/otavios/open-education-data-research>> Acesso em: 6 dez 2021.

SANTOS, P., FERREIRA, R., & MIRANDA, P. (2017, October). Dados abertos educacionais: Uma revisão da literatura brasileira. In **Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE** (Vol. 28, No. 1, p. 11).

SILVA, A. D. A. P., MONTEIRO, D. A. A., & de OLIVEIRA Reis, A. (2020). Qualidade da informação dos dados governamentais abertos: análise do portal de dados abertos brasileiro. **Revista Gestão em Análise**, 9(1), 31-47.

UBALDI, B. Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives. OECD **Working Papers on Public Governance**, No. 22, OECD Publishing, 2013.

WIRTZ, B. W., & BIRKMEYER, S. (2015). Open government: Origin, development, and conceptual perspectives. **International Journal of Public Administration**, 38(5), 381–396. doi:10.1080/01900692.2014.942735

ZAIDAN, Kemel. Olhar digital: Acesso Universal é Acesso Digital. *JornalCorporativo.com*. Brasil. mai, 2012. Disponível em: <<http://www.jornalcorporativo.com/brasil/item/16592-olhar-digital-acesso-universal-é-a-cesso-digital.html>> Acesso em: 9 dez 2021.